

S
UFRJ/IEI

TD49

043286-5

de Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Economia Industrial



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 49

AJUSTAMENTO x ADAPTAÇÃO
ESTRUTURAL: A EXPERIÊNCIA
BRASILEIRA

Antonio Barros de Castro

Junho de 1984

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



AJUSTAMENTO X ADAPTAÇÃO ESTRUTURAL:
A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Antonio Barros de Castro

Junho de 1984



43 - 016382

anpec
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
de centros de
PÓS-GRADUAÇÃO
em ECONOMIA

Este trabalho foi impresso
com a colaboração da ANPEC
e o apoio financeiro do PNPE

PROGRAMA NACIONAL DE
PNPE
PESQUISA ECONÔMICA

Ajustamento X Adaptação Estrutural: a experiência brasileira

Antonio Barros de Castro*

Junho/1984

A visão ortodoxa: Do financiamento ao ajustamento.

As fontes financeiras internacionais começaram a restringir a concessão de empréstimos ao Brasil na segunda metade de 1980, tornando praticamente inviável a situação do seu Balanço de Pagamentos.

Na percepção dos credores e do FMI, a situação podia ser assim caracterizada: desde 1974 o país vinha recorrendo intensamente ao financiamento externo para acertar as suas contas; era chegada a hora de corrigir esta situação, mediante o "ajustamento" da economia. A forma consagrada de ajustamento consiste na contenção da demanda global, de maneira a reduzir a necessidade de apelo à poupança externa. A correção se faz, na prática, através da diminuição das importações e o acréscimo das exportações, como consequência do corte da demanda global e do realinhamento de alguns preços — dentre eles, destacadamente, a taxa de câmbio. O tratamento é complementado por reformas liberalizantes, visando desobstruir o comércio de bens e serviços, bem como o trânsito de capitais. Submetido a esta terapia, o país será considerado "ajustado", ao recuperar uma situação viável (sustentável) de Balanço de Pagamentos. A partir deste ponto, presume-se que as exportações crescerão, não mais como resultado da compressão da demanda interna e sim como reflexo da restauração do seu poder competitivo, e da exploração de oportunidades anteriormente deixadas de lado. Quanto à necessidade de novos recursos, terá se tornado compatível com o movimento espontâneo de capitais de empréstimo e de risco, em direção

* Professor da UFRJ.

ao país.¹⁾

O governo brasileiro adotou as primeiras medidas convencionais de contenção a fins de 1980. Não obstante os resultados obtidos em 1981 — dentre eles, destacadamente, a melhoria da Balança Comercial e o maior afluxo de capitais — o governo relutava em adotar as medidas ditadas pela ortodoxia. Somente após as eleições de 15 de novembro de 1982 — e já agora sob orientação explícita do FMI — o receituário ortodoxo foi efetivamente aceito. O gasto corrente e, sobretudo, o investimento público foram refreados, logrando-se também revogar a legislação salarial, inflacionária e (supostamente) redistributiva, até então vigente. A estas medidas, diretamente orientadas pelo objetivo contenção da demanda global, vieram a combinar-se a desvalorização cambial, o reajuste de determinados preços (petróleo, trigo, etc), e a progressiva eliminação do crédito favorecido à agricultura. Em tais condições, e não obstante o "estouro" de certas metas, pode-se afirmar que a economia se encontrava, por fim, em 1983, submetida à terapia ortodoxa.

As consequências do tratamento ortodoxo sobre a Balança Comercial parecem haver sido fulminantes. De uma situação de relativo equilíbrio em 1982, salta-se para um enorme superavit em 1983, culminando o movimento, ao que tudo indica, com a obtenção de um saldo não inferior a US\$9 bilhões em 1984 (Vide Tabela 2). Além de responder (globalmente) ao tratamento convencional, a evolução das transações comerciais parece haver permitido à economia alcançar uma situação externa viável. Isto porque, garantidos praticamente os recursos necessários para o presente ano, se as exportações e as

importações crescessem daqui por diante a cerca de 13% (valores nominais) ao ano, a expansão absoluta do superavit comercial deveria — na ausência de novos choques exógenos — manter a necessidade de recursos adicionais em equilíbrio com a capacidade de levantar dinheiro no mercado internacional. Mais precisamente, e a título de ilustração, a evolução acima prevista das exportações e das importações permitiria a geração, em 1990 — acatadas certas hipóteses referentes aos juros e à disponibilidade de recursos no mercado financeiro internacional — de um superavit comercial da ordem de US\$ 20 bilhões, compatível com a quitação dos compromissos externos da economia, previstos para aquele ano.

Em suma, o tratamento a que foi submetida a economia brasileira parece haver sido um êxito, no que se refere às transações com o exterior. Os cortes do crédito e do gasto público, bem como os demais expedientes de que se lançou mão para comprimir a demanda global — aí incluído o decreto lei 2065 — ainda quando dolorosos, teriam sido condições do ajustamento verificado. Ficaria além do mais indiretamente comprovado, que os anos que precederam o ajustamento apenas adiaram (e ampliaram os rigores de) um tratamento que se revelaria finalmente indispensável.

No que segue trataremos de mostrar que a descrição do ajustamento brasileiro que viemos de esquematizar é falsa. Além de falsear o ocorrido, a ortodoxia extrai conclusões de política econômica para a fase pós-ajustamento externo que devem ser combatidas, para que aos erros recentes não sejam acrescentados novos erros, tão ou mais graves, em suas consequências, para a economia brasileira. Vejamos porque, começando pela reconstituição da origem e natureza das dificuldades da Balança de Pagamentos.

1) J.de Larosière, Resolving The World's Debt Problems: Adjustment, Financing and Trade, International Business Conference, Los Angeles, 21 de julho/1983.

O colapso da capacidade de importar

Os preços do petróleo saltaram de uma média de US\$12,4 em 1978, para US\$17,1 em 1979. Tinha com isto início um processo de contração da capacidade de importar destinado a agravar-se, decididamente, nos anos subseqüentes. Mais precisamente, todos os termos da equação que define aquela variável¹⁾ passavam a apresentar movimentos marcadamente adversos, cabendo destacar, que ressalvada a retração do ingresso de capitais verificado em 1979 (destinada a reduzir o nível de reservas do país), os sucessivos golpes sofridos pela capacidade de importar surgiram como reflexo da atuação de fatores alheios ao país.²⁾ Consequência disto, o nível da capacidade de importar atingido — e sustentado — de 1972 a 78, não mais seria alcançado (vide tabela 3). A esta capacidade de importar em retração cabia no entanto suprir uma economia que de 1972 a 79 havia se tornado cerca de 70% maior. Vista a questão por este ângulo, percebe-se o quanto a situação estava a exigir mudanças.

O governo, no entanto, de início ignorou e, a seguir, tudo fez para ocultar a insustentável posição em que se encontrava a economia brasileira. Forjou a euforia de 1980, queimou as reservas do país, e forçou o ingresso de capitais através da aceitação de condições verdadeiramente leoninas para a obtenção de créditos em moeda. Nada disto, porém, permitia escapar ao fato de que a capacidade de importar havia se tornado insuficiente para suprir o país de produtos impor

1) A capacidade de importar é obtida por adição do valor das exportações, da remessa líquida de rendas para o exterior, e do ingresso líquido de capitais, todos os termos deflacionados pelo Índice de preços das importações.

2) Uma primeira avaliação do efeito conjunto destes fatores adversos, para o conjunto dos países subdesenvolvidos, encontra-se em "The Debt Problem of Developing Countries at End - 1982", de Dragoslav Avramovic, *Aussenwirtschaft*, março de 1983.

tados, e isto, tanto ao nível de atividades alcançado através do desastrado surto expansivo ocorrido em 1980, quanto ao nível a que viria a tombar a economia, de forma não menos desastrada, (queda de aproximadamente 10% da Indústria de Transformação) em 1981. A drástica contração do ingresso de capitais no segundo semestre de 1982 tornou a situação, por fim, rigorosamente insustentável.

O estrangulamento da capacidade de importar, poderia ter sido enfrentado através de dois tipos de solução.

De um lado, havia as prescrições ortodoxas, que terminaram por se impor. A alternativa ao tratamento ortodoxo consistiria na adaptação direta das estruturas de demanda e de oferta, à retração da capacidade de importar. Isto, por sua vez, exigiria:

- estrito controle das importações, a serem rateadas segundo critérios estabelecidos de comum acordo com representantes dos diversos ramos de atividade;
- programa de emergência, visando localizar e/ou adaptar sucedâneos rapidamente obteníveis e destinados a substituir produtos até então adquiridos no exterior;
- racionamento do consumo final de certos produtos.

A economia brasileira estava, no meu entender, relativamente preparada — por contraste com outras, industrializadas ou não — para tomar este caminho. Antes de tudo, porque ela se encontra institucionalmente equipada para tanto: o controle de importações e os programas setoriais de substituição de importações constituem o forte de sua tradição de política econômica. Além disto, porque já se encontrava em pleno andamento todo um conjunto de programas setoriais (vide referência a seguir) visando expandir e reestruturar a oferta de energia e de insumos básicos. Tratava-se, em suma, de acelerar e aprofundar o esforço no sentido de aumentar a

área de interseção entre a economia e a base de recursos naturais do país.

Não pretendo sugerir, que a solução heterodoxa permitiria a manutenção (sem descontinuidade) do crescimento da economia. A rigor, pouco ou nada se pode afirmar a este respeito: somente a experiência permitiria responder a esta questão. Não tenho dúvidas, porém, acerca da superioridade desta opção. Antes de mais nada, porque intrinsecamente mais indicada para responder a uma situação de insuficiência da capacidade de importar, originada não por elevação do consumo e do investimento internos, e sim, pelo comportamento adverso dos fatores exógenos que definem a capacidade de importar — os quais, contrariamente ao previsto no figurino do FMI, não teriam porque voltar a mover-se a favor da economia, como resposta ao seu eventual ajustamento. Além do que, ao elevar o grau de integração da economia, o segundo caminho a tornaria melhor preparada para definir — e garantir — a sua trajetória de crescimento, em meio a um mundo cuja instabilidade, ao que tudo indica, não será superada num futuro próximo. Por último, mas não menos importante, a solução heterodoxa manifestamente reforçaria o poder de barganha do país frente aos seus credores...

Não obstante o que precede, as autoridades brasileiras trataram de ocultar os problemas e, por fim — após o 15 de novembro — atabalhoadamente se lançaram num programa de ajustamento flagrantemente inadaptado às condições do país e do momento¹⁾. As razões deste procedimento são, a meu juízo, de natureza política. O regime que aí está, de há muito vem buscando a legitimidade que cada vez mais lhe falta,

1) FMI X Brasil. A armadilha da recessão. Forum Gazeta Mercantil, 1983. Veja, em especial, a Introdução de João Manoel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo, e os trabalhos de Edmar Bacha e Paulo Nogueira Batista Jr.

através de êxitos econômicos cada vez mais caros para a economia e para o povo. Admitir que a política de endividamento e, mais, que a própria estratégia de abertura externa haviam fracassado seria colocar em questão a sua própria — e última — razão de ser. Além do mais, em seu progressivo desgaste político, o regime já não contava (em 1980) com o apoio indispensável à implantação de um tipo de política econômica que exigiria a participação ativa do empresariado e, em certa medida, da população. A própria relação Estado-Economia teria que ser — ainda que provisoriamente — alterada e aprofundada. E isto, em particular, não seria assimilado, dada a inevitável identificação Estado-Regime.

Análise do Saldo Comercial

Tentaremos agora entender como se logrou passar, em tão pouco tempo, de uma situação insustentável, perceptível em 1979 e caricaturada em 1980, para o quadro que se anuncia em 1984, caracterizado por um saldo comercial supostamente capaz de viabilizar as contas externas do país. Para tanto faz-se necessário especificar os principais fatores que contribuíram para o surgimento do saldo comercial previsto para o presente ano.

I - Parte substancial do saldo em questão provém da economia de divisas decorrente da redução dos gastos com petróleo. Esta redução, de cerca de US\$ 9,4 bilhões (dispêndio líquido) em 1980, para US\$ 4,8 bilhões previstos para 1984, se explica, em grande medida, pela expansão da produção nacional de petróleo de 187.000 b/dia em 1980, para 470.000 b/dia em 1984, e pela substituição de pelo menos 150.000 b/dia por álcool (entre 80 e 90.000 b/dia equivalentes de petróleo), carvão mineral (mais de 40.000 b/dia), car

vão vegetal e lenha.¹⁾

A expansão petroleira tem suas raízes na descoberta da Bacia de Campos, em 1974, e na onda de investimentos na plataforma continental que a ela se seguiu. A rápida expansão alcooleira atual, por sua vez, se explica pelo recrudescimento do Proálcool, por ocasião do segundo choque do petróleo. De igual maneira, só recentemente atingiram quantidades significativas, os resultados do programa de substituição de óleo combustível nas indústrias de cimento, papel e celulose, vidro e agroindústria.

O período recente foi também marcado pela completa transformação ocorrida nos setores de não-ferrosos, papel e celulose, petroquímicos, fertilizantes e máquinas e equipamentos. Em alguns dos ramos aí compreendidos, o país passou, subitamente, da condição de importador à de exportador dotado de elevado poder competitivo. O efeito conjunto desta expansão e diversificação da capacidade produtiva sobre a balança comercial, numa avaliação preliminar (na qual devem ser computadas a redução líquida das importações e as exportações a partir de novos projetos), não parece inferior a US\$4,5 bilhões, podendo atingir US\$5 bilhões.²⁾

II - Além dos programas e projetos direta ou indiretamente (via condições privilegiadas de financiamento e outros favores) patrocinados pelos poderes públicos, ocorreu recentemente um surto de substituição de importações induzido,

1) Advirta-se que parte da redução observada no valor das importações de petróleo se deve à retração do consumo em resposta à menor renda, e aos maiores preços relativos no interior da economia. Acrescente-se, por outro lado, que é simplesmente fútil supor que o volume importado de petróleo pudesse continuar a crescer após 1979. Quanto ao preço do barril de petróleo importado, encontra-se hoje a um nível nominalmente equivalente ao de 1980 (Tabela 5).

2) Um levantamento por ramos e por grandes projetos da referida economia de divisas, encontra-se em fase inicial de elaboração.

entre outros fatores, pelo rígido controle de importações verificado, desde meados de 1982. Informações procedentes de entidades de classe, bem como oriundas da Cacex, permitem supor que o valor (líquido) das importações assim substituídas excede US\$ 1 bilhão, podendo chegar a US\$ 1,5 bilhão.

III - Um terceiro fator a contribuir para o presente saldo comercial tem a sua origem na eliminação dos "pacotes" de empréstimos trazendo embutidos grandes volumes de importações. Este fenômeno, particularmente importante em 1980 e 81, promovia uma "inchação" das importações, não apenas nos anos de obtenção dos empréstimos em moeda, como também por vários anos a seguir. O quase desaparecimento desta forma espúria de obtenção de "dinheiro novo", após o setembro negro financeiro, terá sem dúvida contribuído para a redução das importações — não obstante os compromissos já assumidos continuem a pesar sob a forma da aquisição forçada de bens de capital, não raro em manifesto conflito com os interesses da indústria nacional. A diferença daí proveniente, por contraste com os anos de 1980 e 81, talvez atinja US\$ 1 bilhão.

Em resumo, o impacto dos grandes projetos de longo período de maturação, a substituição de importações induzida pelo recente estrangulamento da economia, e a redução das importações associadas a empréstimos em moeda, poderiam explicar, conjuntamente, uma melhoria da ordem de US\$ 6,5 a 7,5 bilhões, na Balança Comercial. A diferença para com o saldo a ser obtido em 1984, acrescida do déficit comercial registrado em 1980 (último ano de utilização plena da capacidade instalada), por sua vez, seria explicada pelas políticas de ajustamento. Dado, porém, que o saldo comercial negativo de 1980 encontra-se algo inflado por importações especulativas (verificadas à medida que a sobrevalorização do cruzeiro e a contenção dos juros se revelavam insustentáveis), conviria

corrigi-lo para cerca de US\$ 2,4 bilhões.¹⁾ Chegamos assim a uma estimativa para o efeito-ajustamento de US\$ 3,9 a US\$ 4,9 bilhões. Os US\$ 6,5 a US\$ 7,5 bilhões obtidos mediante redefinição da base produtiva do país, por outro lado, constituem o equivalente a um saldo estrutural. Isto porque as transformações que o explicam — especialmente os valores correspondentes aos itens I e II acima — foram incorporados à estrutura produtiva, não tendo porque ser revertidos. Mais precisamente, o saldo que corresponde a estas melhorias pode perfeitamente ser preservado, com o retorno da economia ao nível de atividade alcançado em 1980. Recuperado este nível, a evolução subsequente haveria de ser projetada a partir da nova base, cabendo à política econômica preservar e se possível ampliar esta margem, garantido um certo ritmo de crescimento econômico.

Sobre o papel das políticas de ajustamento

A luz do anterior caberia agora tecer alguns comentários acerca da relação entre a adaptação realmente verificada, e a política de "ajustamento" promovida sob a orientação do FMI.

Os projetos e programas que amadureceram às vésperas ou durante a intervenção do FMI revelam a persistência de práticas profundamente enraizadas na tradição de política econômica deste país. Estas práticas e, entre elas, destacadamente, a programação setorial sob a liderança de empresas estatais constituem "bêtes noirs" da ortodoxia. Concretamente, se o país tivesse sido entregue mais cedo (digamos, logo após o 1º choque do petróleo) ao comando do FMI, estes projetos e programas teriam sido cortados ou minimizados.

1) Obtido mediante a aplicação para 1980, do coeficiente médio de importações de 1978/79.

Quanto à segunda componente do saldo, a substituição de importações induzida pelo estrangulamento externo, cabe dizer que ela foi seriamente prejudicada pela chegada do FMI. Com efeito, ao se tornar evidente, a fins de 1980 e, novamente, a meados de 1982, a inviabilidade da posição externa do país, entidades patronais e líderes empresariais começaram a mover-se, tratando de levantar as possibilidades ramo a ramo, de substituição a curto prazo de importações. Dava-se assim os primeiros passos em direção ao estabelecimento de um novo e amplo programa de substituição de importações. Sob o crescente império da ortodoxia, este movimento foi no entanto prejudicado. A adaptação ao estrangulamento externo via substituição de importações não é, aliás, siquer mencionada, nos documentos trocados entre o Brasil e o FMI. Mesmo quando da maxidesvalorização de fevereiro de 1983, a hipótese da substituição de importantes permaneceu oficialmente ignorada. Os "efeitos benéficos (da maxidesvalorização) sobre o nível de emprego e a produção" adviriam unicamente do aumento das exportações e do (suposto) declínio das taxas de juros.¹⁾ Não obstante a omissão e/ou boicote das autoridades, numerosas empresas foram capazes de responder ao aperto externo, improvisando sucedâneos nacionais. Na ausência de apoio governamental os resultados obtidos ficaram, porém, seguramente, aquém das possibilidades. Perdeu-se em alcance (amplitude) e eficiência, entre outras razões, por não haver sido devidamente utilizada a capacidade de apoio existente no sistema financeiro capitaneado pelo BNDES, bem como na rede de instituições voltadas para a pesquisa tecnológica.²⁾

No que se refere à terceira componente, a contri-

1) Carta das Autoridades Monetárias ao Sr.J.de Larosière, datada de 24 de fevereiro de 1983.

2) Na área da energia registram-se contudo exceções. O programa de substituição do óleo combustível — sob a responsabilidade do MIC-BNDES — por exemplo, vem apresentando consideráveis resultados.

buição da política do FMI pode ser considerada positiva, apenas no sentido de permitir ao país livrar-se da absurda prática de importar o que (em regra) não necessitava, para obter empréstimos destinados a compensar o colapso da capacidade de importar.

No que toca, por fim, à autêntica contribuição das políticas de ajustamento à recuperação de uma situação viável da Balança de Pagamentos, cabe frisar a brutal desproporção entre o resultado obtido e o sacrifício imposto à nação. Sublinhe-se ainda, que a depender exclusivamente da terapia convencional, o país estaria ainda longe de obter o saldo comercial compatível com o montante de financiamento que lhe é dado realisticamente levantar no mercado internacional.

Na encruzilhada

O colapso da capacidade de importar, que teve início em 1979 e culminou em 1982, com a cessação do ingresso espontâneo de capitais, tornou difícil operar o aparelho produtivo montado neste país ao longo das décadas anteriores. Face a um problema dessa natureza, a solução poderia em tese ter sido buscada, na adaptação tão rápida quanto possível de processos e produtos, aliada à contenção e/ou racionamento de certas formas de consumo. A escolha feita pelo governo, sob pressão dos credores e com respaldo do conservadorismo local foi, no entanto, em favor de um "ajustamento" de corte convencional.

A escalada das medidas contracionistas que deram sustância ao programa de ajustamento se sobrepôs e colidiu com a adaptação estrutural da economia que, entre acertos e tropeços, vinha sendo perseguida pelos poderes públicos des-

de meados dos anos 70. Veio também tornar mais penosa a reciclagem das empresas, as quais, no que toca a mudanças de insumos, processos e produtos, tiveram de fazer cirurgia a frio, vale dizer, mudar em meio a restrições creditícias crescentes, e diante de um retraimento sem precedentes de seus mercados. Como tentamos deixar claro, o fracasso do ajustamento convencional só não se tornou evidente, dado o intenso processo de substituição de importações verificado à margem e mesmo a despeito das políticas de ajustamento.

Nos primeiros meses de 1984, novos fenômenos vieram se somar a este quadro.

Enquanto o governo anunciava medidas capazes de dar mais uma volta no parafuso da recessão, as relações comerciais com o exterior apresentavam resultados surpreendentemente favoráveis. Numa palavra, o saldo comercial do primeiro quadrimestre, veio a situar-se cerca de US\$ 1 bilhão acima do requerido para que se atingisse, ao final do ano, o pretendido superavit de US\$ 9 bilhões. Num sistema de câmbio controlado, a conversão em cruzeiros deste saldo adicional de veria melhorar as condições de liquidez da economia, dando margem a que ela comportadamente se expandisse, na única direção que não se encontrava (supostamente) impedida. O governo, porém, mais uma vez referendado por vozes conservadoras, lançaria mão de diversas medidas visando esterilizar os recursos adicionais. Ao insular a economia, impedindo-lhe valer-se da impulsão que lhe chegava via balança comercial, as autoridades governamentais, além de violar os supostos da doutrina do ajustamento¹⁾, deixavam claro que, no seu entender, debelado o processo de estrangulamento externo, o teto passa a ser a inflação.

1) Veja-se, por exemplo, William Day, Domestic Credit and Money Ceiling Under Alternative Exchange Rate Regimes, IMF Staff Papers, vol. 26, setembro de 1979.

É preciso atentar para o significado desta substituição de tetos. Há uma diferença qualitativa entre o limite imposto pelo colapso da capacidade de importar, e a alegada barreira colocada pela inflação. O primeiro limite, ao dificultar ou, mesmo, por um lapso do tempo, impedir a plena utilização da capacidade instalada no país, constitui o equivalente de um bloqueio naval. No caso da inflação, porém, a necessidade de vencê-la (reduzindo-a até que nível?, em que prazo?) decorre da adesão das autoridades a posições amplamente questionadas no que toca à avaliação dos efeitos da inflação sobre o funcionamento da economia, e infundadamente otimistas no que concerne a eficácia do combate à inflação via contenção monetária. Em suma, enquanto o estrangulamento externo impôs-se como um teto real (havendo, em tese, diferentes maneiras de enfrentá-lo), a inflação surge como um teto doutrinário.

Com efeito, jamais se logrou qualquer comprovação de que a inflação fosse, neste país, incompatível com o crescimento econômico. Pelo contrário, a economia brasileira expandiu-se durante décadas, com taxas de inflação superiores às aquelas que os monetaristas de plantão consideravam admissíveis. O que sim se encontra estabelecido, aqui como em outras partes, é que o combate à inflação, por instrumentos convencionais, impede o crescimento — e isto por um período de tempo que, como o atestam certas experiências, pode ser superior ao social e politicamente tolerável. Tendo em vista este fato, há que admitir que a implantação de um programa anti-inflacionário ortodoxo — ao ingressar a economia no seu quarto ano consecutivo de recessão — constitui uma aventura de resultados imprevisíveis. Esta aventura parece ser particularmente absurda, numa sociedade como a brasileira, objetiva e subjetivamente adaptada à inflação, e manifestamente despreparada para suportar o desemprego em massa.

TABELA 1
BRASIL - INDICADORES MACROECONÔMICOS

ANO	Inflação IGP	(%) INPC	Var. PIB (%)
1970	19,2	-	8,8
1971	19,8	-	13,3
1972	15,5	-	11,3
1973	15,7	-	14,0
1974	34,5	-	9,8
1975	29,4	-	5,6
1976	46,3	-	9,0
1977	38,7	-	4,7
1978	40,8	-	6,0
1979	77,2	-	6,2
1980	110,2	95,3	8,0
1981	95,2	91,2	-3,5
1982	99,7	97,9	1,4
1983	211,0	172,9	-3,3

FONTE: FGV, IBGE.

TABELA 2
BALANÇO DE PAGAMENTO-ERASIL - US\$ milhões

ANO	Exportações	Importações	Saldo	Juros (1)	Amortizações (2)	Empréstimos e Financ. (3)	Saldo Conta Corrente	Reservas (31-12)
1968	1.881	1.855	26	-144	-484	583	-508	257
1969	2.311	1.993	318	-182	-493	1.023	-281	656
1970	2.739	2.507	232	-234	-672	1.433	-562	187
1971	2.904	3.245	-341	-302	-850	2.037	-1.307	1.746
1972	3.991	4.235	-244	-359	-1.202	4.299	-1.489	4.183
1973	6.199	6.192	7	-514	-1.673	4.495	-1.688	6.415
1974	7.951	12.641	-4.690	-652	-1.920	6.891	-7.122	5.269
1975	8.670	12.210	-3.540	-1.498	-2.172	5.933	-6.700	4.041
1976	10.128	12.383	-2.255	-1.810	-2.992	7.761	-6.013	6.544
1977	12.120	12.023	97	-2.104	-4.060	8.424	-4.037	7.256
1978	12.659	13.683	-1.024	-2.696	-5.170	13.632	-5.927	11.895
1979	15.244	18.084	-2.840	-2.186	-6.385	11.228	-10.742	9.689
1980	20.132	22.955	-2.823	-6.311	-5.010	10.596	-12.807	6.913
1981	23.293	22.091	1.202	-9.179	-6.242	15.554	-11.734	7.507
1982	20.175	19.393	782	-11.353	-6.952	12.515	-16.311	3.994
1983 (4)	21.899	15.429	6.470	-9.555			-6.171	
1984 (5)	24.600	15.500	9.100	-10.600			-5.300	

FONTE: BACEN, Relatórios Anuais
(*) BACEN - Brazil Economic Program - Internal, And External Adjustment
Vol.2 Março de 1984

- (1) Saldo líquido
(2) Amortizações de médio e longo prazos, descontadas as amortizações recebidas.
(3) Empréstimos e financiamentos de médio e longo prazos descontados os empréstimos e financiamentos concedidos pelo país.
(4) Preliminar
(5) Previsão

TABELA 3
BRASIL - COMÉRCIO EXTERIOR

ANO	Índices de Preços		Índice de Rel. de trocas (Px/Pm)	Poder de Compra das Exportações	Capacidade de Importar (1)	Desvalorização cambial (%)	Desvalorização Real (1+Desv./1+IGP)
	Px	Pm					
1968	86	100	86	73	64	41,1	1,13
1969	88	98	87	84	89	13,6	0,95
1970	100	100	100	100	100	13,8	0,95
1971	97	104	93	102	123	13,8	0,95
1972	109	111	98	131	191	10,3	0,95
1973	150	139	108	163	196	0,1	
1974	189	214	88	136	186	19,5	0,89
1975	189	221	86	143	180	22,0	0,94
1976	218	227	96	163	195	36,1	0,93
1977	266	236	113	187	193	30,0	0,94
1978	239	253	95	183	236	30,3	0,93
1979	269	302	89	184	161	103,3	1,15
1980	290	413	70	178	159	54,0	0,73
1981	319	490	65	174	155	95,1	1,00
1982	300	470	64		88*	97,7	0,99
1983					107*	289,4	1,25

FONTE: BACEN, Relatório Anual, vários números
FGV, Conjuntura Econômica, vários números

* Índices calculados a partir de informações do Banco Central.

TABELA 4
BRASIL - ENDIVIDAMENTO EXTERNO - US\$ milhões

ANO	DÍVIDA LÍQUIDA	DÍVIDA MÉDIO E LONGO PRAZO	CURTO PRAZO
1968	3.523	3.780	
1969	3.747	4.403	
1970	4.108	5.259	
1971	4.876	6.622	
1972	5.338	9.521	
1973	6.157	12.572	
1974	11.897	17.166	
1975	17.130	21.171	
1976	19.441	25.985	
1977	24.781	32.037	
1978	31.616	43.511	3.200
1979	40.215	49.904	4.000
1980	46.934	53.847	6.700
1981	53.904	61.411	8.200
1982	65.659	70.198	13.007
1983		80.843	10.319
1984 *		93.465	6.979

FONTE: BACEN, Relatório Anual, vários números
BACEN, Brazil Economic Program - Internal and External Adjustment.
Vol.2. Março de 1984.

(*) Estimativa.

TABELA 5
PETRÓLEO

ITEM	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984 ⁽¹⁾
<u>PETRÓLEO</u>								
Produção Doméstica (1000 b/d) (A)	166	166	171	187	220	268	339	472
Importação (1000 b/d) (B)	810	901	1000	871	841	793	729	613
US\$ milhões	3602	4064	6264	9372	10604	9566	7824	6428
Exportação (1000 b/d) (C)	27	5	-	1	15	22	1	27
US\$ milhões	130	23	-	18	190	270	13	280
<u>DERIVADOS DE PETRÓLEO</u>								
Importação (1000 b/d) (D)	27	20	23	44	28	69	31	25
US\$ milhões	149	128	216	531	385	648	322	228
Exportação (1000 b/d)	28	45	29	37	81	108	120	133
US\$ milhões	154	259	323	509	1125	1332	1342	1575
Importação Bruta (petróleo e derivados)								
US\$ milhões	3751	4192	6480	9903	10989	10214	8146	6656
Importação líquida (petróleo e derivados)								
US\$ milhões	3467	3910	6157	9376	9674	8612	6791	4801
Consumo Aparente (F) = (A+B+C+D+E) (2)								
(A)/(E) %	948	1037	1165	1064	993	1000	978	950
(A)/(B) %	17,5	16,0	14,7	17,6	22,2	26,8	34,7	49,7
(A)/(C) %	20,5	18,4	17,1	21,5	26,2	33,8	46,5	77,0

FONTE: BACEN, BRAZIL ECONOMIC PROGRAM - Internal And External Adjustment
Vol.2 Março de 1984.

(1) Previsão

(2) Inclui mudança no estoque